COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

PROJETO DE LEI Nº 422, DE 2007.

(apensado: PL nº 3.707, de 2008).

Altera o art. 162, Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

Autor: Deputado FLAVIANO MELO

Relator: Deputado PAES LANDIM

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO CHICO ALENCAR

O Projeto em análise visa a incluir a saúde bucal entre as normas de proteção à saúde do trabalhador.

Em seu trâmite teve apensado o PL nº 3.707, de 2008, do Deputado Rafael Guerra, tendo sido aprovado nas três Comissões Temáticas, regimentalmente imbuídas da apreciação do mérito. Assim, fora esgotada a fase de apreciação da pertinência ou não das alterações propostas, sendo inaugurada na CCJC nova fase: a análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria, nos termos do art. 32, IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Analisar a constitucionalidade pressupõe dois aspectos: a existência de inconstitucionalidade literal ou expressa, ou seja, aquela em que a proposição contraria a letra da Constituição; e a inconstitucionalidade oriunda na não compatibilidade da proposição com os princípios e a *mens legis* da nossa Carta Magna.

Pela leitura do voto do ilustre relator, verifica-se que o mesmo se apoia inicialmente nas Normas Regulamentadoras – NR nº 4 e 7 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Inequivocamente tal argumento não se insere na discussão acerca da compatibilidade entre um Projeto de Lei e a Constituição. Mesmo porque, com a sua aprovação, necessariamente o MTE deverá expedir nova norma regulamentadora, para contemplar essa alteração legislativa, uma vez que devido ao princípio geral de hierarquia das normas, não é uma Lei que deve se compatibilizar com uma norma regulamentadora, mas sim o contrário.

No que tange ao segundo argumento de suposta inconstitucionalidade, de que tal alteração extrapola o art. 7º, XXII da Constituição Federal, cabe análise mais cuidadosa:

E618573E45

E618573E45

Dispõe a Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

Uma vez que não há sombra de dúvidas acerca da inexistência da inconstitucionalidade literal da proposição, cabe uma análise teleológica (que tem por critério a finalidade da norma) para se perquirir acerca da alegada inconstitucionalidade do Projeto de Lei 422/2007.

O art. 7º, em seu *caput*, já traz uma informação importante: está-se a fixar os direitos mínimos dos trabalhadores, podendo existir outros que visem à melhoria de sua condição social. Logo, pergunta-se: esse Projeto de Lei está a trazer melhoria da condição social do trabalhador? SIM. A Constituição traz um mínimo que deve ser perseguido para melhorar a condição social do trabalhador, sem qualquer empecilho para que se criem mais direitos.

Quando se analisa o inciso XXII, pela sua própria redação, se infere que a intenção é a redução de riscos inerentes ao trabalho. A saúde bucal tem importância e traz consequências ao organismo, assim como a saúde de qualquer outra parte do organismo. Entretanto, por ser matéria de estudo científico próprio, não abarcada pela medicina, os trabalhadores não possuem proteção que visem a reduzir riscos em relação à saúde bucal.

O Projeto de Lei 422/2007 e o Substitutivo apresentado na Comissão de Seguridade Social e Família têm a finalidade de sanar essa lacuna na proteção da saúde do trabalhador, não havendo contrariedade direta (expressa) ou indireta (teleológica) à Constituição.

No que tange ao argumento aponta que a norma não guardaria proporcionalidade, não cabe a essa Comissão essa análise, pois seria adentrar o mérito da proposição. A proporcionalidade da matéria já foi analisada pelas Comissões de mérito.

Por todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei n.º 422, de 2007, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2013.

Deputado CHICO ALENCAR

E618573E45

E618573E45